

UNILEÃO
CENTRO UNIVERSITÁRIO DOUTOR LEÃO SAMPAIO
CURSO DE GRADUAÇÃO EM PSICOLOGIA

ANA LUÍSA NÓBREGA MARQUES

DE VIRTUOSA A TRANSGRESSORA: As consequências psicossociais das religiões de matrizes cristãs no trabalho reprodutivo da mulher brasileira

JUAZEIRO DO NORTE - CE
2025

ANA LUÍSA NÓBREGA MARQUES

DE VIRTUOSA A TRANSGRESSORA: As consequências psicossociais das religiões de matrizes cristãs no trabalho reprodutivo da mulher brasileira

Trabalho de Conclusão de Curso – Artigo Científico, apresentado à Coordenação do Curso de Graduação em Psicologia do Centro Universitário Dr. Leão Sampaio, em cumprimento às exigências para a obtenção do grau de Bacharel em Psicologia.

Orientador: Prof. Me. Tiago Deividy Bento Serafim

ANA LUÍSA NÓBREGA MARQUES

DE VIRTUOSA A TRANSGRESSORA: As consequências psicossociais das religiões de matrizes cristãs no trabalho reprodutivo da mulher brasileira

Este exemplar corresponde à redação final aprovada do Trabalho de Conclusão de Curso, apresentado à Coordenação do Curso de Graduação em Psicologia do Centro Universitário Dr. Leão Sampaio, em cumprimento às exigências para a obtenção do grau de Bacharel em Psicologia.

Data da Apresentação: 25/06/2025

BANCA EXAMINADORA

Orientador: Prof. Me. TIAGO DEIVIDY BENTO SERAFIM

Membro: Prof. Esp. ANDRÉ DE LIMA GOMES

Membro: Profa. Dra. JÉSSICA QUEIROGA DE OLIVEIRA

JUAZEIRO DO NORTE - CE
2025

DE VIRTUOSA A TRANSGRESSORA: As consequências psicossociais das religiões de matrizes cristãs no trabalho reprodutivo da mulher brasileira

Ana Luísa Nóbrega Marques¹
Tiago Deividu Bento Serafim²

RESUMO

O presente trabalho discute como religiões cristãs influenciam no papel da mulher no trabalho reprodutivo, gerando impactos psicossociais como sobrecarga, culpa e invisibilidade social. Tem como objetivo discutir as consequências psicossociais da influência das religiões de matrizes cristãs sobre o trabalho reprodutivo feminino na sociedade brasileira. O estudo aborda como os discursos religiosos contribuíram historicamente para a construção de estereótipos de gênero que associam a mulher à obediência, à maternidade e ao cuidado, naturalizando sua inserção no espaço doméstico e excluindo-a de outras esferas sociais. Além de revisar produções acadêmicas e autoras feministas, o trabalho busca compreender como as religiões de matrizes cristãs influenciam no trabalho reprodutivo feminino, gerando consequências psicossociais que resultam em sobrecarga emocional, culpa e adoecimento psíquico, dificultando o protagonismo e a autonomia das mulheres. Conclui-se que romper com esses padrões exige a desnaturalização do trabalho reprodutivo e o reconhecimento do cuidado como uma responsabilidade coletiva e não apenas feminina.

Palavras-chave: Religiões de matrizes cristãs; desigualdade entre os sexos; trabalho reprodutivo; capitalismo; sobrecarga emocional.

ABSTRACT (Opcional)

This paper discusses how Christian religions influence women's roles in reproductive labor, generating psychosocial impacts such as overload, guilt, and social invisibility. Its objective is to examine the psychosocial consequences of the influence of Christian-based religions on women's reproductive labor in Brazilian society. The study addresses how religious discourses have historically contributed to the construction of gender stereotypes that associate women with obedience, motherhood, and caregiving, naturalizing their placement in the domestic sphere and excluding them from other social spheres. In addition to reviewing academic literature and feminist authors, the paper seeks to understand how Christian-based religions influence women's reproductive labor, resulting in psychosocial consequences such as emotional overload, guilt, and psychological distress, which hinder women's autonomy and protagonism. It concludes that breaking with these patterns requires denaturalizing reproductive labor and recognizing caregiving as a collective responsibility, not solely a female one.

Keywords: Christian-rooted religions; gender inequality; reproductive labor; capitalism; emotional overload.

¹Discente do curso de psicologia da UNILEÃO. Email: analuisanbrg@gmail.com

²Docente do curso de psicologia da UNILEÃO. Email: tiagodeividu@leaosampaio.edu.br

1 INTRODUÇÃO

Ao longo da história brasileira, caracterizada por um discurso religioso poderoso e presente no contexto familiar e social de muitas pessoas, as religiões de matrizes cristãs desempenham um papel significativo na organização social e na construção das identidades das mesmas, principalmente em segregar, o certo e o errado, o bom e o ruim, o papel da mulher e o do homem. A influência dessas ideologias ultrapassa o âmbito da espiritualidade e da fé, se fazendo presente na cultura, na moral, na sociedade, na forma de como as relações familiares se estruturam, e no modo de como o trabalho é entendido e realizado. Sanchis (2008) afirma que a religião possui uma forte influência relacionada à subjetividade das pessoas, tanto na sua vida privada como social, trazendo modelos de conduta, valor e práticas que vão nortear a vida dos seus seguidores, demonstrando algo para viver e um estilo de vida.

Paralelo a isso, em especial, trazendo para a perspectiva feminina, a moral cristã influenciou de forma significativa para a definição de papéis sociais, associando a imagem feminina com doação ao outro, à maternidade, ao trabalho doméstico, ao trabalho reprodutivo e esmero com o lar. Funções estas, essenciais para o funcionamento de toda estrutura social, são destinadas de forma naturalizada quase que exclusivamente como responsabilidades das mulheres, pois segundo Esmério (2007), a mulher deveria seguir e se basear na imagem e nos seguimentos de Maria e obedecer às ordens de conduta social, e assim, se transformaria na defensora da fé.

As instituições religiosas, em especial a cristã, se utilizam dessas ideologias para legitimar ideais do que é ser mulher, baseado na abnegação, obediência e subserviência ao próximo, que foram reforçadas historicamente pelas passagens bíblicas e discursos religiosos que trazem o cuidado como algo inerente à mulher. Gevehr e Souza (2014) pontuaram que os textos bíblicos e as falas religiosas associam o cuidado como algo pertencente às mulheres, fazendo com que certas representações sobre a figura feminina estejam ligadas a práticas e à naturalização da violência doméstica, da subordinação e da dificuldade em se inserir em contextos da vida pública.

Tais influências religiosas têm exercido um poder significativo sobre o trabalho reprodutivo feminino, moldando as representações sociais da mulher, principalmente no que diz respeito à maternidade e ao controle desses corpos, destacando a figura feminina como mãe e cuidadora, limitando seus passos e aumentando as diferenças entre os gêneros. Leite (2017) faz uma crítica a discussões sobre o corpo feminino que era visto como um recipiente que recebe algo sagrado, trazendo a visão de que a mulher só serviria para gestar, associando a imagem

feminina a algo descartável. “Tais meninas, dominadas e submetidas ao pai, depois de casadas, ficavam à mercê de outro senhor: o marido. Nesse contexto, o corpo da mulher, sobretudo abastarda, era algo muito descartável” (Leite, 2017, p. 6)

Diante do exposto, a discussão da temática se faz relevante no viés social para que os lugares que são/foram destinados, naturalizados e criados para as mulheres socialmente, levando em consideração toda a influência religiosa cristã de como foi a criação homem-mulher, sejam lugares questionados, fazendo com que haja uma maior conscientização e uma melhor divisão de tarefas e menor sobrecarga dos corpos femininos. No ambiente acadêmico, tal temática se faz pertinente para que haja uma discussão maior do que é um trabalho reprodutivo e como ele influencia e precariza a autonomia feminina. Em relação ao motivo pessoal pela escolha do título, tem como objetivo refletir sobre as instituições de matrizes cristãs e como influenciam e moldam os comportamentos e experiências das mulheres, além de debater acerca das consequências psicossociais que tais ideologias trazem.

Deste modo, o presente trabalho tem como objetivo geral compreender as consequências psicossociais das religiões de matrizes cristãs no trabalho reprodutivo da mulher brasileira, entendendo como as instituições cristãs influenciaram na naturalização do trabalho reprodutivo feminino. E como os objetivos específicos que visam perceber a relação da construção social do que é ser mulher a partir de fundamentos religiosos cristãos. Conceituar e discutir o que é trabalho reprodutivo feminino e, por fim, entender as consequências psicossociais que o trabalho reprodutivo feminino causa.

2 DESENVOLVIMENTO

2.1 METODOLOGIA

A metodologia da temática se refere a uma pesquisa de revisão da literatura narrativa, que se trata de um método mais flexível e aberto (Cordeiro *et al*, 2007), com abordagem descritiva, que descreve e investiga um grupo ou fenômeno específico (Evêncio *et al*, 2019) e feita a partir de análise qualitativa, em que será avaliadas complexidades subjetivas (Rocha, 2024) apurados em artigos acadêmicos-científicos, livros e Trabalho de Conclusão de Curso (TCC), disponibilizados e publicados na íntegra.

As palavras-chaves utilizadas na íntegra foram: Trabalho reprodutivo, trabalho invisível, diferença entre gêneros, religiões de matrizes cristãs, patriarcal e mulher. As plataformas utilizadas para o levantamento de dados e estudo foram: Google Acadêmico

(Scholar Google), Scientific Electronic Library Online (SCIELO) e Periódicos Eletrônicos de Psicologia (PePSIC).

Os critérios utilizados para inclusão foram textos escritos em português, que foram publicados nos últimos 10 anos, levando em consideração o apanhado e percurso histórico realizado para abarcar as necessidades do estudo em questão.

2.2 REFERENCIAL TEÓRICO

2.2.1 A relação das religiões de matrizes cristãs e o ser mulher

As religiões de matrizes cristãs possuem uma história longa e complexa, que criou raízes e influência no decorrer do tempo, fundamentando-se e se introduzindo no contexto cultural de inúmeros países, assim como no Brasil, onde o discurso religioso é forte e presente, dotado de regras e dogmas que permeiam e influenciam diversos contextos da sociedade, incluindo as esferas culturais, sociais e familiares, contribuindo para a formação de um ambiente social com percepções de mundo unilateral, em que as pessoas pensam e se comportam de maneira semelhante. Dresch (2019) argumentou que a religiosidade dominante nas concepções sociais se faz presente em espaços públicos e privados, promovendo o aumento das ideologias que privilegiam apenas uma visão de mundo.

Segundo as discussões trabalhadas nos textos bíblicos sobre a criação do mundo, o homem foi criado à imagem e semelhança de Deus. De acordo com Lemos (2011), a descrição de Deus possui características que geralmente são associadas ao masculino, como força, autoridade, barba, cabelos brancos, potência e coragem. Já a mulher foi feita a partir de uma parte do corpo desse homem, com a finalidade de tirá-lo da solidão, dar-lhe filhos, ser responsável pelos cuidados do lar e pela submissão ao seu marido.

E como é bem exemplificado em Gênesis 3:17-19 e 3:16, como forma de punição para Adão e Eva por comer o fruto proibido, Deus teria dito: "Tu tirarás dela (da terra) o sustento com muitas fadigas todos os dias da tua vida..." E à mulher: "Em dor parirás teus filhos, e estarás sob o poder do teu marido, e ele te dominará." Por meio desse recorte, pode-se perceber que as divisões de papéis já se faziam presentes e evidentes nas punições estabelecidas por Deus, onde o homem, Adão, trabalharia no cultivo da terra e a mulher, Eva, nas atividades domésticas, pontuando a subserviência feminina e qual é o seu lugar na sociedade e em uma relação amorosa. Além de atrelar a imagem feminina ao pecado e à tentação, influenciando assim Adão a cometer um pecado. Segundo Fonseca (2023, p. 04):

O Pecado Original introduzido no mundo pelo vício da soberba e gula de Eva que, em desobediência a Deus, comeu do fruto proibido no Jardim do Éden. Portanto, faz todo o sentido dizer que a mulher está sujeita ao pecado devido à sua imperfeição natural desde a sua criação.

Com a solidificação das religiões de matrizes cristãs na Idade Média e na Modernidade, o Cristianismo passou a consolidar regras e normas sociais que limitavam a participação das mulheres em diversos contextos que movimentavam a sociedade, sejam eles econômicos, políticos, sociais e até mesmo religiosos. Além disso, o papel da mulher foi construído e associado ao trabalho doméstico, a serviços comunitários dentro das próprias igrejas, à fraqueza e à tentação, bem como é discutido por Pissinati (2017), onde os cavaleiros da Idade Média acreditavam que estavam cercados por mulheres corrompidas e corruptas, capazes de manipular o mal, a poção e o veneno. Já as figuras masculinas ocupavam espaços de liderança tanto no cenário social como no religioso.

Diante do supracitado, os estereótipos em relação às mulheres foram reforçados pelas instituições religiosas cristãs, que dividiam a imagem feminina em duas vias: a da mulher pura, virtuosa, que seria devota à família e submissa ao seu marido, e a mulher pecaminosa, com comportamentos voltados à transgressão, assim como Eva. Essa divisão patriarcal dualista, tão presente no discurso religioso, contribui e alimenta a desigualdade entre os gêneros, pontuando e legitimando a autoridade masculina perante as mulheres, colocando-as em uma posição de objetificação, sem autonomia e independência, sendo retratadas como propriedade de algo ou alguém. Trazendo uma visão que, de acordo com Ferreira (2012), o feminino passivo, inferior e submisso, em contrapartida à visão masculina, associada a superioridade, racionalidade e eficiência. Contribuindo para a segregação dos gêneros, onde o homem ditava as regras e as mulheres as obedeciam.

A ideia e visão de que a mulher deve ser pura, devota à família e submissa ao seu marido, é bem exemplificada e representada em várias instituições, uma delas sendo o casamento, em que, nesse cenário, as religiões de matrizes cristãs desempenham um papel crucial na consolidação de normas que definem e reforçam os papéis de gênero de maneira desigual. Historicamente, o casamento foi criado não para representar apenas o amor e o contexto espiritual, mas também como um espaço regimental, em que se esperava que a mulher fosse subserviente, oferecesse serviços e assumisse responsabilidade quase que exclusivamente voltada ao bem-estar físico, emocional e moral da família. Segundo Sirelli e Sousa (2017), de acordo com a história, as mulheres sofrem com a criação de uma imagem inferior e desigual em comparação com os homens, que recebem os benefícios de uma sociedade patriarcal.

Sob tal perspectiva, o ser mulher passou culturalmente a ser associada a um corpo docilizado, que se dedica de forma incondicional à família. Lógica esta, que ainda é interpretada e legitimada por instituições religiosas tradicionais, que persistem e incentivam a desigualdade entre mulheres e homens, limitando a autonomia e o protagonismo feminino, dentro e fora do cenário doméstico. Rosas (2023) pontua que a submissão feminina não seria destinada apenas para o casamento, mas também a qualquer figura masculina que represente autoridade, como o pai, o chefe ou líderes religiosos, e que, embora as discussões bíblicas tragam a submissão como algo destinado a todos, não exemplificam como essa submissão deve ser feita em relação aos homens.

Diante disso, a relação de submissão, mantida pelas religiões cristãs, contribuiu para uma idealização de modelo feminino: obediente, controlado, silencioso, cuidador e puro. Esses corpos não estão apenas destinados a corresponder às expectativas biológicas, como também às sociais e religiosas, que pedem por respostas de recato e serviço, práticas estas mantidas no fazer cotidiano e na sementeação dos ditos religiosos. De acordo com essas interpretações e com Silva (2021, p. 11 e 12) “espera-se que as esposas sejam submissas de muitas maneiras. Elas são convidadas não apenas a serem submissas a seus maridos, mas à igreja, sua comunidade e a Deus”.

2.2.2 Trabalho reprodutivo de mulheres no capitalismo

Considerado como a base de atividades que sustentam uma sociedade, o trabalho reprodutivo se refere a todas as tarefas de cunho doméstico, emocional e ao cuidado em sua forma total desempenhado, em sua grande maioria, por mulheres, mas ainda assim, ocupam espaços desvalorizados, não reconhecidos e invisibilizados, se fazendo presente desde do seu nascimento até o final de sua vida. Segundo Colen (1995, p. 78) o trabalho reprodutivo feminino engloba o “físico, mental e emocional necessário para a geração, criação e socialização de crianças, assim como a manutenção de casas e pessoas (da infância até a velhice)”

O trabalho reprodutivo feminino é alimentado por uma sociedade patriarcal, caracterizado pela desigualdade entre os sexos, que é influenciado por uma cultura criada e defendida por homens, em que segundo Vasconcelos (2005, p. 01), as mulheres estavam destinadas a estarem “reclusas no mundo doméstico, circunscritas ao silêncio do mundo privado, elas não teriam uma história” faz um recorte histórico-temporal da perspectiva do protagonismo masculino e da exclusão feminina na história e na sociedade, restritas ao ambiente doméstico.

Enquanto os homens ocupam espaços de prestígio e de produção reconhecida, as mulheres continuam sendo associadas à maternidade, ao cuidado, a submissão e ao trabalho doméstico, dando a entender que essas características são inatas às mulheres, não algo construído socialmente, em que as mulheres servem de base para que as estruturas sociais funcionem. Berdague (2025) pontua que o trabalho doméstico sempre desempenhou um papel indispensável na sustentação do sistema capitalista, assegurando os trabalhadores para que eles pudessem e tivesse condições de desenvolver suas atividades produtivas.

O capitalismo, caracterizado como um sistema econômico dominante, se vincula ao patriarcado para fortalecer uma cultura que legitima a associação das mulheres ao contexto doméstico, Federici (2019) em sua obra “O ponto zero da revolução: trabalho doméstico, reprodução e lutas feministas” discute como o trabalho doméstico foi essencial para acumulação primitiva de capital, onde a classe operária era explorada e oprimida e os seus serviços eram sem custos para os capitalistas. Lógica esta, que permanece até os dias atuais, colocando o corpo feminino como um instrumento de serviços que mantém sistemas, onde as mulheres realizam jornadas duplas e triplas de trabalho, conciliando o trabalho reconhecido socialmente, o formal e o trabalho invisibilizado, o doméstico e o cuidado com os filhos. Segundo Medeiros (2023, p. 10) “Cria-se a naturalização que o trabalho reprodutivo é uma função social incumbida às mulheres e, por isso, desconsiderado como trabalho”

A lógica das jornadas de oito horas de trabalho por dia, que está diretamente ligada a diversos marcos históricos, principalmente à revolução industrial, onde as condições de trabalho foram revistas devido as situações precárias do cenário. O sistema capitalista passou a enxergar as pessoas como produtos e somente aquelas que produziam e davam retorno financeiro ao sistema. Com todas essas mudanças, formou-se uma divisão de papéis de gênero, onde o homem saía para trabalhar fora de casa e ocupava o lugar de provedor do lar e a mulher ficava em casa, responsável por cuidar da casa, dos filhos e marido. Nesse sentido, segundo Rosa (2017) a apropriação do trabalho feminino não validado é fundamental para a sustentação do sistema capitalista, onde os homens são sustentados por suas famílias, reduzindo assim, os custos para o capitalista.

Essas jornadas duplas de trabalho, caracterizada pela inserção e pela ocupação feminina no mercado de trabalho, onde a mulher cumpre oito horas diárias e ao adentrar em seu contexto privado, ao retornar para casa, inicia-se outra jornada, o cuidado com a casa, filhos e marido, fazendo com que essa mulher não possua tempo para si, para cuidar-se e descansar. Tal perspectiva cruel demonstra o quando o sistema capitalista se alimenta dessa desigualdade entre os sexos e a exaustão desse corpo explorado. Rosa (2017) pontua como consequência pela falta

de oportunidade das mulheres e a limitação das mesmas dado o contexto supracitado, impede que elas expressem todo o seu potencial e de contribuir para o progresso social.

Embora todas as mudanças advindas da revolução industrial tiveram como objetivo trazer melhores condições de trabalho e garantir direitos, foram mudanças que não incluíram as mulheres e nem o trabalho invisível que elas desempenham em seu lar, com os filhos e marido. As mulheres, mesmo que não saíssem para trabalhar fora de casa, possuíam jornadas de trabalho exaustiva e sem nenhum horário para descanso ou tempo limite das atividades, pelo contrário, desempenhavam tarefas que não eram valorizadas, muito menos remuneradas e cansativas. Segundo Alves (2013) a forma de produção capitalista reproduz a divisão dos papéis entre os gêneros, associando o homem a responsabilidade pela produção, enquanto a mulher é responsável pelo cuidado com os filhos e pela administração do cenário doméstico.

Para além de toda essa exploração, ainda há a dimensão da objetificação do corpo feminino: o sexo no contexto conjugal. Ainda que cansadas, muitas mulheres são pressionadas ou/e se sentem na obrigação de ter relações sexuais com seus companheiros, em nome do matrimônio, trazendo a visão antiga de que o corpo da mulher é propriedade do seu marido. A sexualidade e satisfação feminina é visto como algo secundário, pois, segundo essa lógica, cumprir tais “responsabilidades” é um dever dela! Fortuna (2017) traz que dentro do regime patriarcal, as mulheres são reduzidas a objeto sexual masculino, onde as suas funções se resumem a reproduzir e a satisfazer sexualmente homem, contribuindo ainda mais para a exploração e opressão desses corpos.

Sobre tal perspectiva, o capitalismo não fortalece apenas a desigualdade entre os sexos e patriarcado ao contribuir e se apoiar no trabalho reprodutivo gratuito, que é alienado e adoecedor, como também persiste em uma ideologia onde esse trabalho e cuidado são algo secundário, quando, na verdade, desempenha um papel central e crucial, para que toda a vida funcione. Machado e Verbicado (2021) trazem que embora o capital dependa de trabalho para se reproduzir, tende a não valorizar essa atividade como trabalho necessário/essencial, realizado majoritariamente por mulheres.

Atualmente, em meio a todas as mudanças sociais, culturais e todos os direitos que as mulheres conquistaram e conquistam até hoje, a figura feminina está cada mais inserida e presente no ambiente de trabalho, e, por isso, essa ideologia tradicional do homem como provedor do lar e a mulher como cuidadora desse lar, não era para se sustentar mais. Pois, essa lógica não leva em consideração que, além de ocupar espaços e desempenhar atividades profissionais, as mulheres continuam, em sua grande maioria, sendo as principais responsáveis pelos cuidados com os filhos, maridos e atividades domésticas. Dedecca *et al* (2009) traz que

as mulheres trabalham quase sessenta horas semanais, com jornadas de trabalho cansativas, intensas e com insegurança no mercado de trabalho. Trazendo essa perspectiva que mesmo com os avanços tecnológicos e mudanças sociais, a redistribuição das atividades domésticas não seguiu o mesmo curso, pois, ainda é comum, após um longo dia de trabalho, as mulheres irem desempenhar a sua terceira jornada de trabalho: o fazer doméstico.

Essa sobrecarga diária imposta as mulheres, além de algo já naturalizado, é uma ideia vendida de forma romantizada, por meio de um discurso que a mulher é “forte”, “guerreira” e com capacidade para desempenhar várias atividades ao mesmo tempo, serve para encobrir toda uma lógica injusta que mantém essas mulheres atarefadas e limitadas, em que segundo Hirata e Kergoat (2007) esse trabalho reprodutivo realizado pelas mulheres, é em prol do outro, não para elas mesmas, e que o sistema se utiliza do discurso do amor e dever materno para continuar controlando os corpos femininos. Em contrapartida, os homens, em sua grande maioria, continuam se dedicando apenas as suas atividades remuneradas e com uma participação mínima ou eventual nas tarefas de casa.

Dessa forma, Guiraldelli (2012) traz que o trabalho reprodutivo tende a aprisionar as mulheres em uma situação de vulnerabilidade, caracterizada pela falta de segurança, a depreciação e pelo isolamento, o que aumenta a segregação no mercado de trabalho que, por sua vez, limita as oportunidades sociais das mulheres e acentua a desigualdade social entre os gêneros.

2.2.3. Religião e as suas reverberações no trabalho reprodutivo da mulher

Ao longo da história, as construções sociais dos papéis de gênero estiveram fortemente ligadas às ideologias religiosas e modelos de economia que colocaram a mulher em um lugar secundário, especialmente se referindo ao cuidado com o lar, com os filhos e reprodução como algo irrelevante, de segunda instância. Segundo Lima *et al.* (2019) e de acordo com sua interpretação e reflexão sobre o livro de Simone de Beauvoir “O segundo sexo”, pontua que as mulheres são rechaçadas ao lugar de inferioridade e objetificação, enquanto os homens ocupam um lugar de racionalidade, domínio e conhecimento.

As religiões de matrizes cristãs contribuíram fortemente para uma estruturação da imagem feminina ligada à submissão, à abnegação e à vocação natural ao cuidado. Sob essa perspectiva e influência religiosa, o corpo feminino passou a ser controlado, disciplinado e objetificado, tendo sua subjetividade e autonomia constantemente renegadas, em nome de um ideal de virtude e pureza. De acordo com Andrade *et al.* (2022), o corpo é considerado útil

apenas quando atende às demandas de produtividade, obediência, submissão e docilidade. Isso implica no controle, punição e adequação daqueles que fogem da norma ditada pelas instituições.

Paralelo a isso, muitas mulheres internalizam essas crenças religiosas como obrigações morais e sagradas, comprometendo de forma significativa sua saúde mental. Sendo influenciadas para atender e dar conta das demandas do lar, cuidar dos filhos, manter vínculos familiares, e ainda sustentar uma postura silenciosa, de alguém que não sofre e sim demonstrar gratidão pela família e pelo marido que possui, até porque, segundo as ideologias religiosas, a fé redime o sofrimento do corpo e fortalece a alma. Carvalho (2020) traz que, de forma violenta, a religião foi utilizada para justificar o silenciamento das mulheres ao longo dos séculos. A ideia de que as mulheres são submissas aos homens é justificada por meio do mito da criação, que é internalizado como verdade absoluta.

Somado a isso, o excesso de responsabilidade atribuída à mulher dentro das religiões de matrizes cristãs reforça o processo de autoanulação, onde, geralmente, as mulheres, mesmo sobrecarregadas e em sofrimento físico e psíquico, não buscam por ajuda, pois foram ensinadas que sacrifício em nome do outro e, principalmente, em nome da família, são virtudes femininas sagradas. Tais valores cristãos se tornam um forte instrumento de controle, fato que impede a mulher de reivindicar seus direitos e seu lugar no mundo. De acordo com Santos (2024), a maternidade foi construída socialmente como algo “natural” e “instintivo” às mulheres e que esse papel social ao longo da história e da cultura remete a um amor incondicional e ao sacrifício. Mas essa construção social tinha como objetivo manter as mulheres restritas ao ambiente doméstico, limitando a sua participação no mercado de trabalho e na vida política.

O controle do corpo feminino sempre foi utilizado como ferramenta de dominação presente nos discursos religiosos, onde a sexualidade da mulher é constantemente associada à imagem de pecaminosa e perigosa, sendo monitorada desde a infância com ditos que perpassam as gerações, com discursos morais que exigem recato e pureza. Esses ditos reforçam a ideia de que o corpo feminino deve ser reprimido ou colocado a serviço do outro, em especial no casamento. Tal lógica coloca o corpo feminino como objeto de posse, negando a sua dimensão subjetiva e autônoma. Segundo Freitas *et al.* (2022), o corpo feminino deveria ser dedicado somente a um homem, com o objetivo apenas de reprodução, o que levou à domesticação do corpo feminino e repressão daquelas que não se “adequavam” às normas sociais. Como consequência, as mulheres acreditam que devem se anular e se diminuir, para caber em uma caixa feita pela sociedade em nome de uma feminilidade baseada na servidão e em renúncias.

Essas construções religiosas, culturais e sociais se internalizam e criam barreiras subjetivas, onde muitas mulheres enfrentam conflitos pessoais, como a de escolher ou não a maternidade, buscar e priorizar uma carreira profissional ou se divorciar, acabam experimentando sentimentos profundos de culpa, medo e vergonha, por não corresponderem às convenções sociais. A ideologia de que estão falhando como mulheres, mães ou esposas se prende a convicções religiosas que ditam que a mulher deve ser boa, obediente e realizar sacrifícios em nome da família. Segundo Fernandes (2019, p. 03 e 04), “A culpa, a deterioração da autoestima, o isolamento e os demais reflexos das formas psicológica e moral da violência de gênero”

Esse sentimento de culpa tão presente na subjetividade feminina não é resultado de escolhas individuais, mas sim de uma internalização e naturalização de construções sociais que demandam da mulher renúncias e sacrifícios constantes. Para aquelas que priorizam seus desejos e ambições, muitas vezes são vistas socialmente como egoístas, insensíveis e frias, características estas geralmente associadas à figura masculina e em que eles são reconhecidos socialmente como bons líderes, inteligentes e determinados, onde jamais serão cobrados para escolher ou priorizar a sua vida pessoal ou uma carreira promissora, pois, para eles, é possível ter os dois. Esse dinamismo simbólico faz com que muitas mulheres hesitem em tomar decisões que visam o seu bem-estar emocional, como o de se afastar de relacionamentos abusivos, adiar ou recusar a maternidade e/ou até mesmo buscar objetivos de vida que vão priorizá-la e não o cuidado com o outro. Boris e Cesídio (2007, p. 18) pontuam que “Se a mulher se adequa ao modelo de corpo induzido pela cultura, pode vivenciar um vazio existencial, isto é, obter apenas aquilo que lhe é imposto, perdendo o que lhe é original e particular.”

Castro e Brandes (2024) trazem que a sobrecarga de responsabilidades maternas, combinada com a falta de apoio adequado, são fatores de risco para a saúde mental das mulheres, trazendo adoecimento para elas, como ansiedade e depressão. Sobre tal perspectiva, muitas mulheres vivem sob uma pressão constante de tentar “dar conta de tudo”, o que, em diversas vezes, acaba expondo-as a níveis elevados de ansiedade, estresse, exaustão e sentimento de inadequação. Elas passam a medir e reconhecer o seu valor diante do quanto elas conseguem se sacrificar e atender às expectativas e necessidades alheias, e não a partir de seus próprios desejos, sonhos e ambições.

Além disso, surge o sentimento de culpa e a sensação de sempre estar perdendo algo. Se está no trabalho, está preocupada com os filhos que estão em casa; se está em casa, está preocupada com as responsabilidades do trabalho. Essa lógica não permite que as mulheres sejam inteiras em suas obrigações e relações, onde precisam sempre estar se dedicando a mais

de uma função para tentar gerir tudo, o que influenciará diretamente na sua autonomia e na negação do seu próprio prazer e tempo. Devreux (2005) traz que a sociedade tende a naturalizar a função de cuidadora à mulher e não como uma responsabilidade dos dois sexos, reforçando a ideia de que os homens não possuem as mesmas capacidades e responsabilidades com a criação e educação dos filhos.

De acordo com Zanello *et al.* (2015), a mulher é destinada à esfera familiar, vista como cuidadora e provedora do bem-estar da família, em que a sua existência está pautada na dedicação ao outro e, caso se negue a assumir esse papel, é vista como transgressora social, que está abandonando a sua “natureza”. Todo esse processo subjetivo, que se utiliza da naturalização do cuidado como algo inerente à mulher, reforça ainda mais as desigualdades de gênero. Onde somente um dos sexos assume para si toda a responsabilidade do bem-estar familiar, mesmo com toda a exaustão física e mental.

Ao assumir todo esse encargo, muitas mulheres acabam reforçando toda uma estrutura social que se sustenta a partir do silêncio, sobrecarga e abnegação. Nesse contexto, o sentimento de culpa se torna uma ferramenta eficiente de controle, pois impede que a mulher reivindique e ocupe espaços de liderança e se torne autora de sua própria história. Souza e Calais (2019) discutem que as normas sociais e culturais são enraizadas e difíceis de serem questionadas, trazendo um ideal de normalidade sobre a subjetividade feminina, que é construída socialmente e define o que é ser mulher e como elas devem se comportar.

Dessa forma, a internalização das normas sociais que associam a mulher e o que é ser mulher ao cuidado, à renúncia e ao silêncio, não só limita a sua autonomia, como também reforça práticas de dominação que mantêm a continuidade da desigualdade de gênero. Nesse contexto, o sentimento de culpa torna-se um instrumento de controle emocional que impedirá que as mulheres questionem e peçam por mudanças. O sistema capitalista e o patriarcalismo não são reforçados apenas por organizações sociais, mas também por falácias cotidianas que auxiliam na naturalização do sacrifício do trabalho reprodutivo como algo pertencente às mulheres.

3. CONSIDERAÇÕES FINAIS

Este trabalho tem como objetivo gerar importantes reflexões sobre como as religiões de matrizes cristãs historicamente influenciaram a construção do feminino na sociedade brasileira, reforçando normas sociais que associam a mulher ao cuidado, à obediência, à maternidade e ao espaço doméstico. Através das discussões trazidas no referencial teórico, pode-se perceber que

essas instituições religiosas não apenas legitimaram, mas também perpetuaram papéis de gênero rígidos e desiguais, que culminam na desvalorização do trabalho reprodutivo feminino e na manutenção do patriarcado e da desigualdade de gênero.

O trabalho reprodutivo, invisível e não remunerado, ao ser atribuído exclusivamente às mulheres, impacta diretamente sua autonomia, sua subjetividade e seu bem-estar emocional. As consequências psicossociais dessa realidade se manifestam por meio da sobrecarga física, do adoecimento mental, da autoanulação e de uma constante sensação de culpa e inadequação. As mulheres, ao assumirem tais encargos como obrigações naturais, acabam por reforçar inconscientemente uma estrutura social que se sustenta no silenciamento e na renúncia de suas subjetividades.

Por fim, o presente trabalho traz a importância de discutir a naturalização do trabalho reprodutivo feminino e ressignificar os discursos religiosos que o justificam, propondo uma reflexão crítica que questione os papéis impostos às mulheres. O texto aponta a necessidade urgente de novas práticas sociais, educacionais e políticas que promovam a igualdade de gênero, a valorização do cuidado como responsabilidade coletiva e a emancipação das mulheres. Desconstruir tais estruturas simbólicas e institucionais é condição essencial para a construção de uma sociedade mais justa, onde as mulheres possam ser reconhecidas como sujeitos plenos de direitos, autonomia e dignidade.

REFERÊNCIA

ALVES, A. E. S. Divisão sexual do trabalho: a separação da produção do espaço reprodutivo da família. **Trab. Educ. Saúde**, Rio de Janeiro, v. 11, n. 2, p. 271-289, 2013.

ANDRADE, L. J. O. *et al.* A dimensão de poder sobre os corpos femininos: uma leitura da Gestalt-terapia. **Revista IGT na Rede**, Rio de Janeiro, v. 19, n. 36, p. 24 - 46, 2022.

BARROS, A. J. P.; SOUZA, N. A. Lehfeld. **Projeto de pesquisa: propostas metodológicas**. Petrópolis, RJ: Vozes, 1990.

BERDAGUE, V. M. C. Trabalho reprodutivo e capitalismo: a teoria da reprodução social como ferramenta de análise crítica. **Revista Ibero-Americana De Humanidades, Ciências E Educação**, São Paulo, v.11, n. 2, p. 1151- 1169, 2025.

BÍBLIA. **GÊNESIS** 3:17-19 e 3:16.

BOCCATO, V. R. C. Metodologia da pesquisa bibliográfica na área odontológica e o artigo científico como forma de comunicação. **Rev. Odontol.** Univ. Cidade São Paulo, São Paulo, v. 18, n. 3, p. 265-274, 2006.

BORIS, G. D. J. B. CESÍDIO, M. H. Mulher, corpo e subjetividade: uma análise desde o patriarcado à contemporaneidade. **Revista Mal-estar e Subjetividade.** Fortaleza, v. 7, n. 2, p. 451-478, 2007.

CARVALHO, A. M. C. **Direitos das mulheres e religião:** o horizonte distópico alertado em O conto da Aia. Dissertação (mestrado) - Universidade Estadual de Montes Claros - Unimontes, Programa de Pós-Graduação em Desenvolvimento Social/PPGDS, 2020.

CASTRO, D. C. M. BRANDES, L. A. Saúde mental da mulher: o acúmulo de funções e a necessidade constante em agradar o outro. Editorial do BIUS, **Open Journal Systems,** Universidade Federal do Amazonas, Manaus, v. 47, n. 41, p. 1-12, 2024.

COLEN, S. **Like a mother to them: stratified reproduction and West Indian Childcare workers and employers** in New York. In: GINSBURG, F. RAPP, R. *Conceiving the new world order: the global politics at reproduction.* Berkley, University California Press, p.78-102, 1995.

CORDEIRO, A. M. *et al.* Revisão sistemática: uma revisão narrativa. **Rev. Col. Bras. Cir,** Rio de Janeiro, v. 34, n. 6, p. 428- 431, 2007.

DEDECCA, C. S., RIBEIRO, C. S. M. F., ISHII, F. H. Gênero e jornada de trabalho: análise das relações entre mercado de trabalho e família. **Trab. Educ. Saúde,** Rio de Janeiro, v. 7, n. 1, p. 65-90, 2009.

DEVREUX, A. M. A teoria das relações sociais de sexo: um quadro de análise sobre a dominação masculina. **Sociedade e Estado,** Brasília, v. 20, n. 3, p. 1-24, 2005.

DRESCH, P. C. Religião e esfera pública: O discurso religioso no contexto das relações sociais e sua relação com a intolerância e o preconceito. **Revista Científica Multidisciplinar Núcleo do Conhecimento,** Natal, 6 ed, v. 09, p. 105-114, 2019.

EVÊNCIO, K. M. *et al.* Dos Tipos de Conhecimento às Pesquisas Qualitativas em Educação. **Rev. Mult. Psic,** Natal, v. 13, n.47, p. 440-452, 2019.

FEDERICI, S. **O ponto zero da revolução:** trabalho doméstico, reprodução e lutas feministas. São Paulo: Elefante, 2019.

FERNANDES, I. V. E. Gênero, igreja e dominação. **Periódico do Núcleo de Estudos e Pesquisas sobre Gênero e Direito Centro de Ciências Jurídicas** - Universidade Federal da Paraíba, v, 8, n. 3, p, 25-40 2019.

FONSECA, P. C. L. A mulher e o imaginário medieval da maleficência feminina. *Acta Scientiarum. Language and Culture*, Maringá, v, 45, n. 2, e63786, 2023.

FORTUNA, S. L. A. Ordem patriarcal de gênero e violência sexual: acepções a partir da produção científica brasileira em serviço social. *Revista científicas UNESP*, Botucatu, São Paulo, v. 26 n. 1, p. 148- 175, 2017.

FREITAS, N. K. S. *et al.* O corpo e a culpa: a construção da sexualidade feminina sob a influência de religiões cristãs. *Revista Brasileira De Sexualidade Humana*, São Paulo, v. 33, e998, 2022.

GEVEHR, D. L.; SOUZA, V. L. As mulheres e a igreja na idade média: misoginia, demonização e caça às bruxas. *Revista Acadêmica Licencia e Acturas*, Coimbra, Portugal, v. 2, n. 1, p. 113-121, 2014.

GUIRALDELLI, R. Adeus à divisão sexual do trabalho? Desigualdade de gênero na cadeia produtiva da confecção. *Revista Sociedade e Estado*, Brasília, v. 27, n. 3, p. 709 -731, 2012.

HIRATA, H., KERGOAT, D. Novas configurações da divisão sexual do trabalho. *Cadernos de Pesquisa*, São Paulo, v. 37, n. 132, p. 595- 609, 2007.

ISMÉRIO, C. As representações do feminino na educação rio-grandense segundo o discurso positivista (1889-1930). Universidade da Região da Campanha. *Revista Eletrônica História em Reflexão*, Rio Grande do Sul, v. 1, n. 1, p. 1-14, 2007.

LEITE, K. L. C. Implicações da moral religiosa e dos pressupostos científicos na construção das representações do corpo e da sexualidade femininos no Brasil. *Cadernos pagu*, São Paulo, v.49, :e174922, 2017.

LEMOS, F. A representação social da masculinidade na Religiosidade contemporânea. *Revista do Grupo de estudos de Gênero e religião Mandrágora/ Netmal*, São Paulo, v. 1, n. 1, p. 1- 17, 2008.

LIMA, A. B. M. *et al.* O espaço da mulher na sociedade: uma reflexão a partir de o Segundo Sexo de Simone de Beauvoir. *Revista Alembra*, Confresa-MT, v. 1, n. 3, p. 104-115, 2019.

MACHADO, J. P.; VERBICARO, L. P. Reprodução social: mecanismo de intensificação da exploração das mulheres no sistema capitalista neoliberal. *Revista Peri*, Porto Alegre, v. 13; n. 03, p. 54-73, 2021.

MEDEIROS, P. B. Expropriação em tempos de capitalismo: o trabalho reprodutivo e o impacto na vida das mulheres. *Revista Libertas*, Juiz de Fora, v. 23, n.1, p. 205-227, 2023.

PATTON, M. Q. *Qualitative evaluation and research methods*. 2 ed. Newbury Park: Sage, 1990.

PISSINATI, L. L. O corpo feminino no pensamento cristão medieval. **Anais dos Encontros Internacionais UFES/PARIS-EST**, Vitória, Espírito Santo, 01 ed. v. 1, p. 644-653, 2017.

FERREIRA, L. S. "**Entre Eva e Maria**: a construção do feminino e as representações do pecado da luxúria no Livro das confissões de Martin Perez. Tese de doutorado (Doutorado em história) Universidade Federal do Rio Grande do Sul. Instituto de Filosofia e Ciências Humanas. Rio Grande do Sul, v. 1, p. 1- 333, 2012.

ROCHA, R. V. S. Analisando narrativas na pesquisa qualitativa: notas sobre a utilização de narrativas autobiográficas em estudos das ciências sociais e humanas. **Revista Aurora**, São Paulo, v.17, e024007, 2024.

ROSA, E. T. Divisão sexual do trabalho: a dupla jornada de trabalho e a desvalorização da mão de obra feminina. **Salão Do Conhecimento**, São Paulo, v. 3, n. 3, p. 1-5, 2017.

ROSA, V. A discriminação do trabalho feminino a partir da divisão sexual do trabalho. **Revista de Estudos Jurídicos UNESP**, Franca, n. 33, p. 139-153, 2017.

ROSAS, N. Mulheres evangélicas em busca da perfeição. Universidade federal de minas gerais, departamento de sociologia. **Revista Estudos Feministas**, Florianópolis, n. 31, v.1: e82539, 2023.

SANCHIS, P. Cultura brasileira e religião... passado e atualidade. **Cadernos CERU**, Cascavel, Paraná, v. 19, n. 2, p. 9-22, 2008.

SANTOS, M. B. M. **Trabalho doméstico e maternidade**: os desafios do trabalho reprodutivo dentro e fora de casa. Trabalho de Conclusão de Curso (Bacharelado em Serviço Social) - Universidade Federal do Amazonas, Parintins, 2024.

SILVA, T. C. **A violência doméstica no Brasil e a visão religiosa uma quebra de paradigma da submissão da mulher**. PUC Goiás, Trabalho de Conclusão de Curso, 2021.

SIRELLI, P. M.; SOUSA, M. O. Religião e a propagação da ideia de submissão da mulher. **Revista Serviço Social em Perspectiva**, Montes Claros, v. 1, n. 2, p. p.200-218, 2017.

SOUSA, L. P. D., GUEDES, D. R. A desigual divisão sexual do trabalho: um olhar sobre a última década. **Revista Estudos Avançados**, São Paulo, v. 30, n. 87, p. 123- 139, 2016.

SOUZA, M. R. L. CALAIS, L. B. Ser mulher: existências e subjetividades marcadas pela lógica patriarcal. **Cadernos de Psicologia**, juiz de fora, v. 1, n. 2, p. 714-738, 2019.

VASCONCELOS, T. M. P. A perspectiva de gênero redimensionando a disciplina histórica. **Revista Ártemis**, João Pessoa, n. 03, p. 1-7, 2005.

ZANELLO, V. *et al.* Saúde mental e gênero: facetas gendradas do sofrimento psíquico. **Fractal: Revista de Psicologia**, Rio de Janeiro, v. 27, n. 3, p. 238-246, 2015.